

ARAKEN DE ASSIS

CUMULAÇÃO DE AÇÕES

5ª EDIÇÃO

Revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Bárbara Baraldi Sabino e Stefanie Lopes Pereira

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho, Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROSOSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Assis, Araken de
Cumulação de ações / Araken de Assis. -- 5. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia.
ISBN: 978-85-5321-982-7

1. Cumulação de ações 2. Cumulação de ações - Brasil I. Título.

19-29934

CDU-347.922.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Cumulação de ações : Direito processual 347.922.7
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 5ª EDIÇÃO	7
1. INTRODUÇÃO	
1. Projeção do tema no direito processual	17
2. Classificação topológica do cúmulo de ações	18
3. Limites estritos do trabalho	20
2. TEORIA GERAL DA AÇÃO	
§ 1.º Lineamentos do problema da ação	
4. Esboço da natureza jurídica do processo	23
4.1 Processo como relação jurídica	25
4.2 Processo como situação jurídica	29
4.3 Processo como instituição.....	30
4.4 Processo como procedimento	31
5. Precisão em torno da relação processual	34
5.1 Noção atual de relação jurídica	35
5.2 Sujeitos da relação processual	35
5.3 Pressupostos processuais	37
5.4 Características da relação processual	40
5.5 Objeto da relação processual.....	40
5.6 Início e fim da relação processual.....	40
6. Balanço do estudo sobre a natureza do processo. Cumulação de “processos”	41
§ 2.º Vista geral das teorias da ação	
7. Posição do poder jurisdicional do Estado	43
7.1 Primeira noção de objeto do processo	43
7.2 Função da lide no processo	43
7.3 Escopo do processo.....	44
7.4 Crítica e feição atual da lide	45

10 CUMULAÇÃO DE AÇÕES

7.5	Notas características da jurisdição	46
7.6	Resumo da posição do poder jurisdicional.....	47
8.	Dificuldades e síntese das principais teorias da ação.....	48
8.1	Visão primitiva da ação	48
8.2	Primeira polêmica e a teoria concreta do direito de agir	51
8.3	Teoria da ação como direito potestativo. Condições da ação	53
8.4	Teoria abstrata do direito de agir. Papel das condições da ação.....	55
8.5	Condições da ação na teoria eclética do direito de agir.....	58
9.	Balanco das principais teorias da ação	63

§ 3.º Direito subjetivo, pretensão e ação

Secção I – Plano do direito material

10.	Direito subjetivo material	65
11.	Pretensão material	67
12.	Ação material	69

Secção II – Plano do direito processual

13.	Direito à tutela jurídica do Estado	71
14.	Pretensão à tutela jurídica	74
15.	Ação processual.....	74

§ 4.º Classificação da Ação Material

16.	Natureza da classificação das ações ou sentenças	76
17.	Eficácia principal e eficácias secundárias da ação material	78
18.	Tripartição e classificação quinária das sentenças.....	80
19.	Classificação das eficácias da ação material	82
19.1	Ação declaratória	82
19.2	Ação constitutiva	83
19.3	Ação condenatória	85
19.4	Ação mandamental	88
19.5	Ação executiva	89

3. OBJETO LITIGIOSO

§ 5.º Função do objeto litigioso

20.	Relevância do objeto litigioso no direito processual	93
21.	Limites da problemática do objeto litigioso	95

§ 6.º Panorama da teoria do objeto litigioso

22. Desenvolvimento das principais tendências doutrinárias sobre o objeto litigioso	103
23. Dupla dimensão do objeto do processo: reflexos na separação dos planos material e processual	108
24. Definição de mérito e cúmulo de ações.....	110

4. ELEMENTOS DA AÇÃO

§ 7.º Individuação da demanda

25. Considerações sobre o critério legal	113
26. Efeitos da tríplice identidade	116

§ 8.º Identidade de partes

27. Noção de parte em processo civil.....	118
28. Razões da relevância processual da identidade de partes	119
29. Qualidade jurídica da identidade de partes.....	121
30. Pluralidade de partes e cúmulo de ações.....	122

§ 9.º Identificação da causa de pedir

31. Conceito e teorias sobre a causa de pedir	126
31.1 Teoria da individualização	126
31.2 Teoria da substancialização	128
32. Componentes da causa de pedir	130
32.1 Fundamento legal	130
32.2 Fatos jurídicos	131
32.3 Fundamentos jurídicos	139
33. Classificação da causa de pedir	142
34. Súmula da causa de pedir	143

§ 10 Identidade de pedido

35. Dimensões material e processual do pedido	144
36. Classificação do pedido	145
37. Reflexos dos objetos mediato e imediato na cumulação de ações	148

5. CUMULAÇÃO SUBJETIVA

§ 11 Generalidades sobre o cúmulo subjetivo

38. Definição de litisconsórcio	151
39. Classificação do litisconsórcio	153

§ 12 Espécies de cúmulo subjetivo

40. Generalidades sobre as espécies de cúmulo subjetivo.....	155
41. Litisconsórcio voluntário alternativo	156
42. Litisconsórcio voluntário simples	160
43. Litisconsórcio voluntário sucessivo.....	160

§ 13 Regime de admissibilidade
do cúmulo subjetivo

44. Fisionomia da admissibilidade do litisconsórcio facultativo	161
45. Fontes do litisconsórcio voluntário	163
45.1 Comunhão de direito ou de obrigações.....	163
45.2 Conexão através da causa de pedir ou do pedido	165
45.3 Afinidades de questões por um ponto comum de fato ou de direito	171
46. Pressupostos processuais e litisconsórcio. Caracterização dos requisitos do cúmulo subjetivo.....	173
47. Identidade de rito das ações dos litisconsortes	174
48. Problema de competência nas ações dos litisconsortes.....	177
48.1 Competência no caso de comunhão.....	179
48.2 Competência no caso de conexão	179
48.3 Competência nos outros casos de litisconsórcio	181
49. Compatibilidade das ações dos litisconsortes.....	181
50. Preservação do princípio da igualdade das partes (recusação).....	182

§ 14 Controle da admissibilidade
do cúmulo subjetivo

51. Controle de ofício da admissibilidade do litisconsórcio.....	185
52. Hipóteses de controle de ofício do litisconsórcio.....	186
52.1 Controle da origem do litisconsórcio	186
52.2 Controle da identidade procedimental.....	187
52.3 Controle da competência	187
52.4 Controle da compatibilidade das ações	187

52.5	Controle da recusação do litisconsórcio	188
52.6	Controle dos pressupostos processuais	188
53.	Controle do cúmulo indevido em face da exclusiva iniciativa da parte	188
§ 15 Efeitos da inadmissibilidade <i>da cumulação subjetiva</i>		
54.	Pressuposto do controle de ofício da cumulação indevida	189
55.	Efeitos do controle de ofício sobre o cúmulo subjetivo inadmissível	190
55.1	Fontes do litisconsórcio	191
55.2	Pressupostos processuais referidos a cada um dos litisconsortes....	192
55.3	Inadequação do procedimento	192
55.4	Reconhecimento da incompetência absoluta	192
55.5	Incompatibilidade das ações dos litisconsortes	193
55.6	Recusação do litisconsórcio	193
56.	Efeitos do controle por iniciativa da parte do cúmulo subjetivo inadmissível	193
6. CUMULAÇÃO DE CAUSAS		
§ 16 Espécies de cumulação de causas		
57.	Breve justificação da cumulação de causas	195
58.	Espécies de causa de pedir	197
59.	Distribuição das causas de pedir em cumulação	199
59.1	Cumulação simples	200
59.2	Cumulação sucessiva	200
60.	Cumulação simples de causas e multiplicidade do embasamento legal	200
§ 17 Regime de admissibilidade		
61.	Panorama da disciplina da cumulação de causas	203
62.	Requisitos gerais da cumulação de causas	204
62.1	Conexão subjetiva	204
62.2	Conexão objetiva e compatibilidade das causas	205
62.3	Competência e adequação procedimental	205
62.4	Indicação expressa do cúmulo de causas	205
63.	Limites da cumulação causal. Generalidades sobre a cognição sumária ...	205
64.	Limites da cumulação causal. Casos de ações de cognição sumária	210
64.1	Cumulação de causas nas ações possessórias	210

64.2	Cumulação de causas nos embargos do executado contra título extrajudicial.....	210
64.3	Cumulação de causas na impugnação do executado contra título judicial.....	211
64.4	Cumulação de causas na ação de mandado de segurança.....	211
64.5	Cumulação de causas na ação cambiária.....	211
§ 18 Controle da cumulação de causas		
65.	Sanções do veto à cumulação de causas.....	212
66.	Controle da cumulação indevida de causas.....	214
§ 19 Efeitos da inadmissibilidade da cumulação de causas		
67.	Espécies de sanção cabíveis na cumulação indevida de causas.....	215
68.	Natureza do julgamento que rejeita a cumulação de causas.....	216
7. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS		
§ 20 Características gerais do pedido		
69.	Requisitos da inserção da ação material no processo.....	219
69.1	Certeza do pedido.....	219
69.2	Determinação do pedido.....	221
69.3	Congruência do pedido.....	223
69.4	Sanção pelo descumprimento dos requisitos.....	223
70.	Espécies de pedido na demanda.....	223
70.1	Pedido genérico.....	224
70.1.1	Pedido genérico nas ações universais.....	227
70.1.2	Pedido genérico quando não for possível determinar definitivamente as consequências do ilícito.....	227
70.1.3	Pedido genérico quando o valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.....	228
70.2	Pedido cominatório.....	229
70.3	Pedido alternativo.....	231
70.4	Pedido implícito.....	233
70.4.1	Despesas processuais e honorários de advogado.....	234
70.4.2	Juros moratórios.....	235
70.4.3	Correção monetária.....	235
70.4.4	Prestações vincendas.....	236

70.5 Pedido em obrigação indivisível.....	236
71. Interpretação e alteração do pedido.....	237
§ 21 Espécies de cumulação de pedidos	
<i>Secção I – Lineamentos da cumulação de pedidos</i>	
72. Limites da cumulação de pedidos.....	239
73. Classificação genérica do cúmulo de pedidos.....	240
<i>Secção II – Cumulação em sentido estrito</i>	
74. Cumulação de pedidos simples.....	241
75. Cumulação de pedidos sucessiva.....	242
<i>Secção III – Cumulação em sentido amplo</i>	
76. Cumulação de pedidos eventual.....	244
§ 22 Regime da admissibilidade da cumulação de pedidos	
77. Conexão subjetiva e cumulação de pedidos.....	246
78. Dispensabilidade da conexão objetiva.....	248
79. Compatibilidade recíproca dos pedidos.....	249
80. Competência comum das ações cumuladas.....	250
81. Adequação do procedimento das ações cumuladas.....	252
81.1 Ideia geral do procedimento.....	253
81.2 Classificação dos procedimentos.....	254
81.3 Critério geral de compatibilidade.....	255
82. Recusação do cúmulo.....	259
§ 23 Controle da admissibilidade da cumulação de pedidos	
83. Controle de ofício da cumulação indevida.....	260
83.1 Controle da conexão subjetiva.....	260
83.2 Controle da compatibilidade.....	261
83.3 Controle da competência.....	261
83.4 Controle da adequação do procedimento.....	261
83.5 Controle da recusação.....	261
84. Controle da cumulação indevida por iniciativa da parte.....	261
§ 24 Efeitos da inadmissibilidade da cumulação de pedidos	
85. Pressupostos da produção dos efeitos do controle de ofício da cumulação indevida.....	262

16 CUMULAÇÃO DE AÇÕES

86. Efeitos da falta de conexão subjetiva	262
87. Efeitos da incompatibilidade dos pedidos	263
88. Efeitos do reconhecimento da incompetência	264
89. Efeitos da inadequação procedimental	265
90. Efeitos da recusação da cumulação de pedidos	266
BIBLIOGRAFIA	267
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	285